

# O Preceito Liberal Desenvolvimento, Características E Incoerências.

Gilda de Araujo Costa  
Graduanda de História da Universidade Federal  
do Espírito Santo e Professora das redes  
Estadual e Municipal de Ensino.

## INTRODUÇÃO:

O liberalismo não possui doutrina e práticas precisas, flutua ao sabor dos momentos históricos e das formações sociais, se adequando às necessidades dos mesmos, sem, contudo, contradizer seus princípios básicos. Essa adequação deve-se, sobretudo, ao caráter de ideologia legitimadora do modo de produção capitalista que possui o liberalismo, uma vez que o capitalismo apresenta um quadro de contradições, crises, variações e sucessão de etapas impossível de ser justificado sem o aparato de um corpo de idéias flexíveis às modificações advindas desses fatores.

Esse artigo não pretende, portanto, desvendar toda a extensão histórica e filosófica da idéia liberal e sim demonstrar os princípios básicos do liberalismo clássico, ressaltar pontos importantes de sua formação e desenvolvimento e tentar estruturar algumas críticas.

## HISTÓRICO - Surgimento e Desenvolvimento do Liberalismo.

O liberalismo surge com a dissolução do modo de produção feudal e a sua progressiva substituição pelo modo de produção capitalista, com a servidão da gleba sendo substituída pelo trabalho assalariado e com os privilégios de nascimento da nobreza sendo substituídos pelos privilégios econômicos da burguesia. A acumulação primitiva de capital, que propiciou a consolidação do novo modo de produção, foi possível graças à emancipação do pequeno produtor das obrigações feudais e à sua separação dos meios de produção, que, aliada à expulsão das terras, ao empobrecimento e ao endividamento dos camponeses, fizeram com que estes se transformassem em dependentes do trabalho assalariado. Para tal processo também contribuiu o aumento da produção, que foi orientada para um mercado mais vasto com a moeda gerindo as trocas.

Nesta transição emerge, de um lado, uma nova classe enriquecida pela posse de terra e pela acumulação de um pequeno capital, aplicado no comércio e na usura, e, de outro lado, uma classe que vende sua força de trabalho (semi-proletários).

O liberalismo surge com essa nova sociedade e economia que despontam no final da idade média, uma vez que essa burguesia precisará de um arcabouço ideológico que propicie sua ascensão política. Combatendo as restrições morais e religiosas da idade média, o liberalismo substitui a idéia de subsistência pelas concepções de enriquecimento individual que vieram no bojo do novo modo de produção. Apresentando-se como processo de libertação do indivíduo, favoreceu a libertação dos proprietários dos meios de produção das leis arbitrárias que prejudicavam seus negócios.

A Reforma Protestante, no século XVI, reforça o desenvolvimento da ideologia liberal, na medida em que o puritanismo protestante apoia o capitalismo na luta ideológica contra os poderes feudais e que a destruição das concepções religiosas possibilitou relações econômicas sem entraves de ordem teológica e eclesial. O Protestantismo também contribuiu para o liberalismo com o reforço no individualismo, pois a doutrina de que cada crente podia se comunicar diretamente com Deus, sem depender de autoridade eclesial, influenciou uma certa tendência anti-institucional.

Finalmente a autoridade religiosa, hegemônica na idade média, é descartada em prol de um Estado nacional sólido que toma para si o controle social antes exercido pela Igreja. Expressão desse fato é a política mercantilista, que nada mais era do que uma estratégia de aliança da burguesia ascendente com o soberano, a fim de promover uma política defensiva em relação aos concorrentes estrangeiros e de enfatizar a relação de dependência entre a prosperidade do Estado e a da burguesia.

No século XVII, o Estado é o tutor absoluto das atividades econômicas (principalmente do comércio) e o liberalismo toma formas mais coerentes e definidas, procurando, no campo econômico, limitar a atuação do Estado no mercado. Isto porque a burguesia já encontrava-se suficientemente forte para dominar o mercado mundial e abandonar as teses mercantilistas, clamando pelas virtudes da livre troca e pelas idéias de liberdade. No campo moral, o utilitarismo de Jeremy Bentham e James Mill vence o jusnaturalismo. Este último é uma doutrina liberal defendida por Locke, segundo a qual todos os homens têm por natureza (independentemente de sua vontade) certos direitos fundamentais. O utilitarismo contrapõe essa doutrina com o "princípio da utilidade", segundo o qual os limites dos governantes não devem estar calcados em subjetivos "direitos naturais", mas sim em considerações objetivas do desejo humano pelo prazer e rejeição pela dor, de modo que o melhor legislador é aquele que elabora leis que visam maior felicidade para maior número de pessoas. Além disso deve-se ressaltar a vitória da tolerância no domínio religioso e o governo constitucional na política.

O século XVIII é caracterizado pela ascensão da burguesia ao poder (Revolução Francesa e suas repercussões na Europa) e pela crescente aceitação da

ideologia liberal que começou a questionar o sistema político, jurídico e econômico vigentes. Os protestos dos liberais eram contra, basicamente, a intervenção estatal, os impostos e a opressão. Também contribuiu para fortalecimento do liberalismo a chamada "Revolução Industrial" que foi a fase crucial da ascensão do capitalismo. O processo de industrialização foi inaugurado por uma série de mudanças tecnológicas, econômicas e sociais, primeiramente na Inglaterra e depois no restante da Europa e nos Estados Unidos. Essas mudanças transformaram o processo de produção, transferindo-o da casa para a fábrica, tornando-o um processo coletivo de trabalho e intensificando o processo de proletarização que vinha se desenvolvendo desde o século XVI. Os liberais proclamavam a liberdade como um bem e as restrições a ela como um mal. Porém, entra nesse momento uma questão fundamental: liberdade para quem? O liberalismo que havia sido criado para emancipação da burguesia, converteu-se em forma de contenção e disciplina do proletariado.

A liberdade de contrato propiciava aos proprietários dos meios de produção a acumulação às custas da submissão e empobrecimento dos que vendiam sua força de trabalho.

O liberalismo, no século XIX, perde totalmente seu caráter utópico (liberdade de expressão, igualdade diante da lei, luta contra o despotismo...), e adquire caráter de ideologia dominante, pois avança em todas as instituições sociais, políticas e econômicas.

O liberalismo desenvolveu-se mais plenamente na Inglaterra onde formulou-se uma certa doutrina e programa liberal. O sucesso do liberalismo inglês deve-se sobretudo ao equilíbrio de dois temas: a não intervenção estatal e o livre comércio. Além disso, a Inglaterra foi vanguarda no processo de industrialização e conseguiu congrega seu modo de produção a uma ideologia profundamente arraigada nas classes sociais, através de partidos liberais.

Apesar de ser considerado o modelo da idéia liberal aplicada na prática política, nos Estados Unidos não se verificou a formação de um partido liberal poderoso, pois desde o início os princípios liberais fundiram-se com os princípios de democracia e igualdade. Já na Europa, o liberalismo fragmentou-se devido a sua incapacidade de desenvolver um movimento amplo na sociedade junto com um partido político forte.

Paralelamente à época de apogeu da idéia liberal (século XIX), inicia-se o questionamento dos princípios liberais que passam a não corresponder mais aos anseios de toda sociedade da época. A penetração da classe operária nas questões políticas, faz com que esta comece a lutar pelos seus direitos e a questionar com mais intensidade a validade da doutrina liberal como ideologia global do modo de produção capitalista, enquanto surgem doutrinas anticapitalistas contestadoras da igualdade perante o mercado. Além disso a partir da metade do século XIX o sufrágio se amplia, o que se constitui numa ameaça à própria teoria liberal, posto que antes só os proprietários votavam, o que garantia a coesão em torno da proposta liberal.

O crescimento das cidades, da indústria e do comércio além das desigualdades do mercado de trabalho, fizeram a liberdade econômica de um homem basear-se na opressão de outro e com isso o liberalismo vai cedendo terreno, no campo político, aos ideais democráticos.

Para fazer frente a esta situação e permitir que pelo menos o liberalismo coexistisse com a democracia, os liberais lançam mão de novos instrumentos de legitimação, como o ensino escolar, os meios de comunicação e etc.

Essa coexistência permaneceu até o fim da Primeira Guerra Mundial, que marca o advento da implantação de regimes autoritários e nacionalistas. O liberalismo sofre, então, um ataque teórico e político de monta através da política econômica proposta por Keynes, que advogava um Estado ativo e intervencionista, e do avanço político da Social Democracia.

## CARACTERÍSTICAS

O liberalismo do século XIX constitui uma crítica à noção de soberania desenvolvida por Hobbes e Rousseau. Estes afirmavam o direito absoluto dos soberanos de legislarem e governarem. Levavam em conta, portanto, o perfil do detentor do poder, mas não a extensão desse poder. O liberalismo desenvolveu uma teoria de relação entre a sociedade civil e Estado que não era repressiva; ao contrário, preconizava a liberdade dos indivíduos acima de qualquer regime político. Todavia, apesar de possuir um propósito geral, é possível discernir na doutrina liberal duas ramificações: o Liberalismo Político Filosófico e o Liberalismo Econômico.

### Liberalismo Político Filosófico

Tem como pressupostos básicos o individualismo, a limitação do papel do Estado na esfera política e a liberdade.

Individualismo-segundo esse pressuposto, o indivíduo é anterior à formação social. Esta é decorrência de suas carências e necessidades e é criada para

que os indivíduos exerçam mais amplamente seus direitos. A idéia liberal entende que o objetivo verdadeiro do homem é o máximo de desenvolvimento de suas faculdades. Para o liberalismo o Estado deve ser o conjunto do resultado das atividades individuais e das relações que os indivíduos estabeleçam entre si. Ele deve ser um meio e não o fim para a formação do homem, propiciando a este a oportunidade de se auto-transformar, de progredir intelectual e moralmente em condições de máxima liberdade. Sem esse pressuposto não seria possível a doutrina do Estado liberal, uma vez que esta limita os poderes jurídicos do Estado.

Limitação do papel do Estado - para a ideologia liberal a soberania deve ser limitada no que diz respeito às funções e aos poderes pela própria necessidade de defesa do indivíduo contra o poder e seus possíveis abusos. O Estado tem o papel de proteger os direitos fundamentais dos homens, deve estar subordinado às leis gerais do país e não assumir atitude paternalista, devendo, ao contrário, incentivar a autonomia humana. O Estado deve portanto, interferir somente no que diz respeito à manutenção da ordem pública. Por isso a doutrina liberal criou mecanismos constitucionais que impedem ou dificultam o exercício ilegítimo do poder, como o controle do executivo pelo legislativo e deste pelo judiciário, autonomia do governo local em relação ao governo central e a magistratura independente do poder político.

Liberdade - para o liberalismo a liberdade individual está garantida pelos mecanismos constitucionais do Estado e pela tarefa primordial deste em garantir a manutenção da ordem pública interna e externa. Do ponto de vista do indivíduo, o Estado é concebido como um mal necessário e deve intervir o mínimo possível na esfera de ação dos indivíduos. O objetivo do liberalismo é a progressiva emancipação política e econômica do indivíduo e da sociedade em relação ao Estado. Desde os seus primórdios o liberalismo mostrou-se desfavorável aos privilégios vinculados ao nascimento ou credo, afirmando a igualdade perante a lei (o que significava uma recua à sociedade de estamentos) e a igualdade dos direitos.

Essas eram as únicas formas de igualdade presentes na ideologia liberal, uma vez que esta admitia como sendo benéficos para o progresso técnico e moral da humanidade o individualismo, o conflito e a pluralidade. A liberdade advogada pelo liberalismo diz respeito à esfera privada, pois entende que as decisões coletivas acabam por impor ao indivíduo a autoridade da maioria.

#### Liberalismo Econômico

Vincula o crescimento da economia à liberdade deixada aos particulares pelo aparelho político, e parte do pressuposto de que a economia pode alcançar o equilíbrio pelo jogo espontâneo da concorrência, que permitirá uma expansão infinita das forças produtivas gerando enriquecimento para todos os membros das nações. Ao Estado não deveria ser permitida a interferência no campo econômico devendo este ser deixado à concorrência entre indivíduos. Os desequilíbrios iniciais desta política econômica seriam superados automaticamente e espontaneamente pelo ajustamento da oferta e da demanda. O equilíbrio seria alcançado, também, pelo intercâmbio entre indivíduos em igualdade de condições (mesmo que não fossem iguais no início, tornariam-se no final). A tarefa do Estado consistiria em manter esta economia de mercado.

O liberalismo defende o livre comércio internacional com objetivo de aumentar a competição e abaixar os preços. Por defender a liberdade econômica como pressuposto para outras liberdades, o liberalismo defende a propriedade privada.

O liberalismo político é a consequência do liberalismo econômico, e tem por função estabelecer a liberdade política do indivíduo em relação ao Estado e preconizar a igualdade de condições para todos. Todavia, o liberalismo político não é um requisito necessário ao liberalismo econômico, posto que comprovadamente, alguns países com regime político autoritário desenvolveram uma economia baseada na liberdade de mercado.

#### AS INCOERÊNCIAS

O liberalismo clássico mostrou-se incoerente em plena época do seu apogeu, uma vez que muitos de seus princípios, quando não passavam apenas de teorias, eram contraditórios às suas próprias idéias.

A primeira crítica, e a mais divulgada, é a que se refere ao conceito de liberdade o qual, para os liberais, estava em estreita relação com a defesa da propriedade privada. O liberalismo jamais pretendeu uma liberdade global, mesmo porque fatalmente viria no seu bojo o sufrágio universal, que daria margem à existência de oposição ao sistema liberal de política e economia.

Citações de dois renomados escritores liberais, comprovam e referendam o que foi dito acima:

"O estado de saúde da indústria e da riqueza é o estado de liberdade, é o estado em que os interesses se protegem a si próprios" - Jean Baptiste Say.

"O motivo que impele os homens a entrarem na sociedade é a salvaguarda de seu próprio bem e a finalidade que visam ao elegerem e instituírem um corpo

legislativo é o estabelecimento de leis e regras para guardar e proteger os bens de todos os membros da sociedade..." John Locke em Ensaio sobre Governo Civil.

Contudo, a principal crítica do liberalismo diz respeito ao relacionamento da idéia liberal com o poder. O que se nota é uma profunda incoerência, pois ao mesmo tempo em que o poder é algo ameaçador que deve ser minimizado até o desprezo, é também peça fundamental na "engrenagem" da economia de mercado, visto que mantém a ordem vigente em prol do interesse de uma classe privilegiada.

As teses advogadas pelo liberalismo, segundo as quais o poder de coerção estatal diminuirá na medida em que aumente o progresso e que as relações sociais e políticas se mediatizam consensualmente, são derrubadas primeiro por Durkheim e mais completamente por Michel Foucault. O primeiro observa que a contenção da repressão não significa absolutamente diminuição do poder estatal conquanto este se reveste de várias facetas burocráticas e limitam da mesma forma as ações individuais. Michel Foucault, por sua vez, demonstra a passagem do sistema repressivo (ou poder negativo) utilizado no absolutismo, a um sistema disciplinar aplicado no modo de produção capitalista, onde o poder não é mais visualizado ou percebido. O poder deixa de ser negativo. É positivo porque não é imposto, é introjetado pelo indivíduo, deixando de haver uma relação de submissão e passando a existir a relação de sujeição. Por isso, de dominador e punidor o Estado passa a ser manipulador e preventor das rebeldias e desobediências ao sistema. Portanto, o poder Estatal não diminui e nem diminuirá com o progresso, porque ele produz os indivíduos ao mesmo tempo em que se transforma e cresce com o desenvolvimento industrial.

Outro aspecto bastante questionado é o liberalismo econômico como pressuposto para estabilização da sociedade, visto que o próprio jogo espontâneo da concorrência perturba a ordem social (porque ao contrário do que os liberais pensam, não existe igualdade de condições numa sociedade que não existe igualdade de perspectivas econômicas), ao suscitar reação para corrigir os desequilíbrios e oferecer segurança aos cidadãos em nome do interesse individual, princípio tão aclamado pelo liberalismo. Por outro lado, quanto mais desenvolvida e complexa torna-se a economia de uma sociedade, maior será a esfera de intervenção estatal, pois o Estado terá que garantir a segurança de um número maior de pessoas. Portanto o desenvolvimento não supõe frouxidão do aparelho político, mas ao contrário, reforça o mesmo na sociedade. A segurança coloca-se como necessidade primordial, visto que o Estado providencial é exigido pela sociedade para defender seus interesses e direitos diante dos grupos e do poder econômico.

#### BIBLIOGRAFIA

- BEAUD, MICHEL - História do Capitalismo/ São Paulo / Ed. Brasiliense/ 1987.  
BOBBIO, NOBERTO - Liberalismo e Democracia/ São Paulo - Ed. Brasiliense/ 1988.  
CATANI, AFRÂNIO MENDES - O que é Capitalismo/ São Paulo - Ed. Brasiliense/ 1984.  
LEBRUN, GÉRARD - O que é Poder - São Paulo/ - Ed. Brasiliense/ Abril Cultural/ 1984.  
RAMALHO, JETHER PEREIRA - Prática Educativa e Sociedade/ Rio de Janeiro/ Zahar Editores/ 1976.  
SINGER, PAUL - A Formação da Classe Operária/ São Paulo/ Atual Editora e Editora da Unicamp/ 1988.  
STEWART JR., DONALD - O que é Liberalismo/ Rio de Janeiro/ Instituto Liberal/ 1988.  
FOUCAULT, MICHEL - Vigiar e Punir/ Rio de Janeiro/ Ed. Vozes/ 1984.